

Política de Transferência de Informação na Era da Transformação Digital

Marcelo Souza de Jesus

Fundação Oswaldo Cruz, CoLaboratório CTIS, Brasília, DF, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8336-3581>
marcelo.jesus1977@gmail.com

Mônica Regina Peres

Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília, DF, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5268-7065>
monicaperes@unb.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v19.n2.2026.61921>

Recebido/Recibido/Received: 2026-02-01

Aceito/Aceptado/Accepted: 2026-03-27

Publicado/Publicado/Published: 2026-05-07

Resumo

No cenário atual de constante evolução tecnológica, a transformação digital na política é uma necessidade imperativa, apoiada pela *Lei Geral de Proteção de Dados* (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, que estabelece diretrizes para a proteção de dados pessoais e promove uma nova cultura de transparência dentro das organizações políticas. A interseção entre política e LGPD abre um vasto campo de possibilidades e desafios, redefinindo a política na era digital e a forma como as políticas públicas são formuladas, inovadas e gerenciadas. Este artigo explora a importância da LGPD na remodelação das práticas políticas e governamentais em meio à revolução digital. Discutiremos como a transformação digital impacta a política, a importância do tratamento e gestão de dados neste contexto, e os principais benefícios e desafios enfrentados pelo setor público ao se adaptar a essas mudanças. Além disso, abordaremos o papel da inovação e do governo digital como chaves para uma organização política mais eficiente e transparente. Apresentamos uma análise desses aspectos, oferecendo um panorama abrangente sobre como as ferramentas digitais estão redefinindo os paradigmas tradicionais de gestão e execução de políticas públicas.

Palavras-chaves: Lei Geral de Proteção de Dados. Política de informação. Dados pessoais.

Política de Transferencia de la Información en la Era de la Transformación Digital

Resumen

En el escenario actual de constante evolución tecnológica, la transformación digital en la política es una necesidad imperativa, respaldada por la *Ley General de Protección de Datos* (LGPD) - Ley n.º 13.709/2018, que establece directrices para la protección de los datos personales y promueve una nueva cultura de transparencia dentro de las organizaciones políticas. La intersección entre la política y la LGPD abre un amplio campo de posibilidades y desafíos, redefiniendo la política en la era digital y la forma en que las políticas públicas son formuladas, innovadas y gestionadas. Este artículo explora la importancia de la LGPD en la remodelación de las prácticas políticas y gubernamentales en medio de la revolución digital. Analizaremos cómo

la transformación digital impacta la política, la importancia del tratamiento y la gestión de los datos en este contexto, y los principales beneficios y desafíos que enfrenta el sector público al adaptarse a estos cambios. Además, abordaremos el papel de la innovación y del gobierno digital como claves para una organización política más eficiente y transparente. Presentamos un análisis de estos aspectos, ofreciendo una visión amplia sobre cómo las herramientas digitales están redefiniendo los paradigmas tradicionales de gestión y ejecución de políticas públicas.

Palabras clave: Ley General de Protección de Datos. Política de la información. Datos personales.

Information Transfer Policy in the Era of Digital Transformation

Abstract

In the current scenario of constant technological evolution, digital transformation in public policy is an imperative necessity, supported by the General Data Protection Law (LGPD) - Law No. 13,709/2018, which establishes guidelines for the protection of personal data and promotes a new culture of transparency within political organizations. The intersection between public policy and the LGPD opens a vast field of possibilities and challenges, redefining policy in the digital era and the way public policies are formulated, innovated, and managed. This article explores the importance of the LGPD in reshaping political and governmental practices amid the digital revolution. We discuss how digital transformation impacts public policy, the importance of data processing and management in this context, and the main benefits and challenges faced by the public sector in adapting to these changes. In addition, we address the role of innovation and digital government as key elements for a more efficient and transparent political organization. We present an analysis of these aspects, offering a comprehensive overview of how digital tools are redefining traditional paradigms of public policy management and implementation.

Keywords: General Data Protection Law. Information policy. Personal data.

1 Introdução

O processo de transferência da informação envolve estruturas formais que opera no nível estratégico, desempenha um papel crucial na definição dos padrões de comportamento das entidades envolvidas no processo. Em sua forma material, uma política é geralmente expressa em um documento conciso, que contém as diretrizes relacionadas ao tema tratado. Portanto, a definição de uma política é uma tarefa de alto nível, onde são estabelecidos os padrões de comportamento a serem seguidos pelas partes envolvidas. (Habermas, 1995)

A compreensão da transferência da informação como processo contínuo, mediado por estruturas formais e informais, será aprofundada nas seções seguintes, à luz da transformação digital e da LGPD. Uma Política de Transferência de Informação deve abranger todos os formatos possíveis de informação e se guiar, em primeiro lugar, por critérios ou regras de seleção e de avaliação dos resultados. Os critérios de seleção de material devem ser considerados: nível de qualidade, conveniência e custo. A ISO 27001, sendo um padrão internacional para gestão de segurança da informação, enfatiza a importância de políticas que garantam a segurança e a integridade da informação durante a transferência. No que se refere à avaliação dos resultados deve-se levar em conta nível de absorção, utilidade e benefício, segundo Capurro e Hjørland (2007), a informação é um conceito fundamental no contexto da chamada Sociedade da

Informação, assim, as análises e definições dessa sociedade estão invariavelmente associadas a critérios econômicos, tecnológicos, culturais, espaciais e ocupacionais.

O processo de transferência da informação envolve estruturas formais, compostas por redes de conteúdos digitais ou não, tais como bibliotecas arquivos, centros de documentação, portais, banco de dados etc.; bem como estruturas informais que são redes de comunidades interpretativas, tais como colégios invisíveis, congressos, simpósios, fóruns, chats, consultorias, comunidades em rede, e as próprias redes de relacionamento, com seus fatores cognitivos, sensoriais e emocionais relacionados. Segundo Araújo (1997), essas redes informais são fundamentais para a disseminação de conhecimento tácito e para a criação de novas ideias e inovações. E continua afirmando que a transferência de informação não é um evento isolado, mas um processo contínuo que envolve a interação entre diferentes atores e a adaptação a novos cenários e desafios.

O conjunto de ações estratégicas, previstas na política, deve fornecer uma visão ampla de todas as situações, contextos e cenários possíveis; e como consequência remeter a procedimentos nos níveis tático e operacional. Finalmente, é importante considerar a ideia de processo, o processo de transferência da informação é algo continuado enquanto vivo, é um processo sistematizado e incluso dentro de contextos nos mais diversos cenários, sejam estes técnicos, humanos, sociais, comerciais, políticos etc.

Dessa forma, com a informação de tudo e de todos transitando pela internet, foi necessária a criação da *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)* - Lei nº 13.709/2018, tendo como objetivos proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, além de garantir o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Estabelece princípios que devem ser seguidos no tratamento de dados pessoais, tais como: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas. Esses princípios garantem que os dados sejam tratados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, e que o tratamento seja compatível com as finalidades informadas, limitado ao mínimo necessário, e realizado com medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais. Com regras seguidas também na área de pesquisa e disseminação da informação.

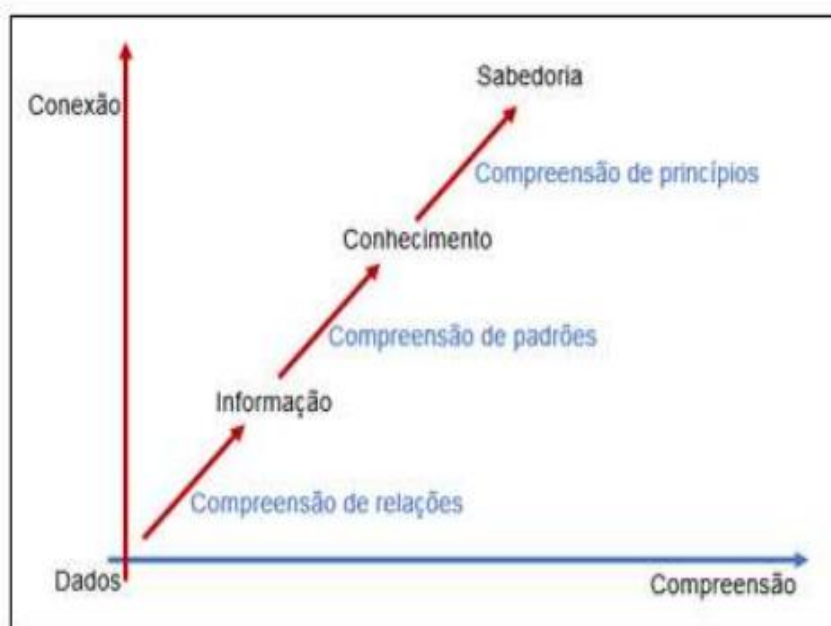
2. O Processo de Transferência da Informação na Era da Transformação Digital

A Transferência de Informação na Era da Transformação Digital demanda uma abordagem meticulosamente embasada em fundamentos científicos, tanto no que concerne ao papel dos emissores quanto à sua assimilação pelos receptores. Inicialmente, torna-se imperativo delinear o conceito de informação dentro deste contexto específico. Enquanto alguns teóricos a

concebem como uma entidade natural, comparável à matéria e à energia, outros a interpretam como conhecimento registrado. Conforme a perspectiva de Le Coadic (1996), a informação é entendida como um conhecimento registrado em formato escrito, oral ou audiovisual, fornecendo uma base sólida para compreender seu papel na transferência e assimilação de conhecimento na era digital.

A teoria de Davenport e Prusak (1998) sobre a transição de dados para conhecimento destaca a importância de transformar dados brutos em informações úteis e, posteriormente, em conhecimento aplicável, através de processos estruturados e análise crítica. Nesse modelo, os dados são inicialmente coletados e processados para criar informações compreensíveis e contextualizadas. Essas informações, por sua vez, são interpretadas pelos indivíduos dentro de um contexto específico, resultando na construção de conhecimento. A representação visual desse processo fornece uma compreensão clara da evolução dos dados para informações e, finalmente, para conhecimento, destacando o valor agregado em cada etapa. Este modelo é representado, através de um modelo visual delineado na figura 1, a partir dessa teoria.

Figura 1 - A transição de dados para informação, para conhecimento e para sabedoria.



Fonte: Gráfico baseado na teoria DIKWpyramid de Davenport e Prusak (1998).

Seguindo a perspectiva da transição de dados para informação, para conhecimento e para sabedoria, considera-se que a política de transferência de informação na era digital é concebida como uma relação dinâmica entre emissores e receptores, mediada por tecnologias digitais e plataformas de comunicação. Esta relação, influenciada por diversos fatores como segurança, privacidade e acessibilidade, visa garantir a integridade e autenticidade da informação transmitida.

Nesse cenário, as bibliotecas digitais e os repositórios de dados assumem um papel central, funcionando como os nós em uma rede complexa de informações. Onde os materiais são digitalizados e transformados em dados, atuando como veículos para o transporte de fluxos contínuos de informação na era digital.

Mas para que essas bibliotecas e repositórios possam ser acessíveis, faz-se necessário garantir a interoperabilidade de seus sistemas, conforme relatado por Peres, Assumpção, Jesus (2023), ao descreverem o “bum” da produção de informação em acesso aberto durante a pandemia da COVID e a necessidade de as instituições de ensino superior cumprirem os indicadores do MEC com a implantação de Repositórios Institucionais. E, continuam com a defesa do acesso aberto como possibilidade de oferecer recuperação de informações a todos os usuários, promovendo a igualdade em acesso à informação, independente de quem a produziu, quando e onde esteja preservada.

Considerando essas definições, podemos visualizar as entidades comunicantes e a dinâmica da transferência de informação na era da transformação digital, conforme representado na Figura 2.

Figura 2 – Redes que a razão desconhece (Latour 2004)

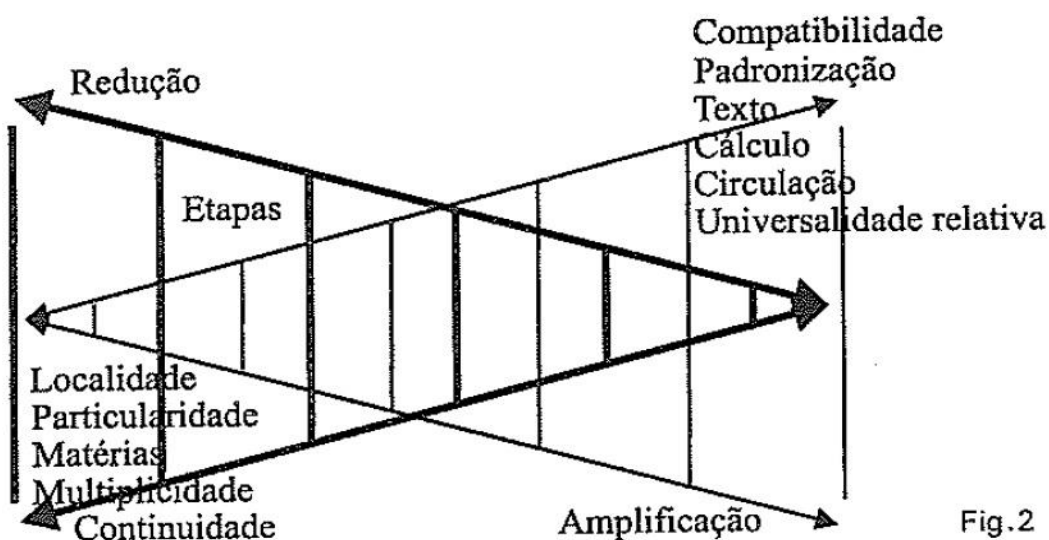


Fig.2

Fonte: Autor Rede (Latour, 2004).

A transferência da informação ocorre em circunstâncias especiais, quando existem no mínimo duas entidades comunicantes, uma que produz a informação e uma outra que a consome. Tais entidades são os protagonistas do processo de comunicação.

Para que a comunicação alcance níveis aceitáveis, dependentes de contextos, é necessário que exista uma pré-negociação na qual são identificados ou definidos parâmetros, implícitos ou explícitos, para a comunicação. Dentre estes, podemos facilmente identificar, a linguagem, a

taxa de transmissão, o nível “cultural” das entidades comunicantes etc. Além desses parâmetros, a qualidade, a conveniência e o custo da comunicação são determinantes para a sua existência como evento.

No processo de comunicação as duas entidades, de uma forma direta ou indireta, interagem durante todo o evento. Acordando e avaliando parâmetros que quando se tornam incompatíveis promovem o encerramento do processo de comunicação (conexão), interrompendo desta forma a transferência de informação.

Teoricamente, além do contexto citado, ainda podem existir, as entidades produtoras de informação e as entidades consumidoras de informação. E, dentro desses três panoramas identificados, ainda se identificam as questões situacionais. Como exemplo, nas ditaduras, observa-se que existem produtores e consumidores de informação. Embora os produtores “não qualificados”, ou aqueles que não fazem parte do grupo de poder, naquele período específico, sejam considerados sem significância ou, de outra forma, tão significantes que teriam que ser suprimidos de maneira a não se tornarem uma ameaça ao próprio poder.

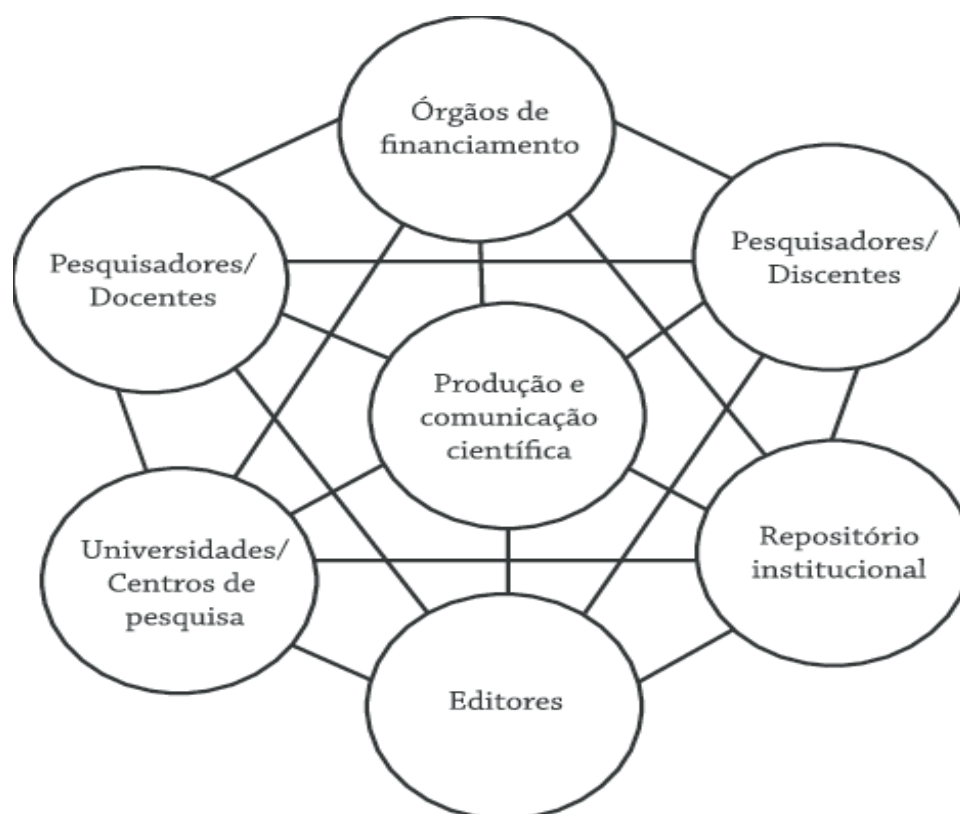
No que se refere aos critérios para seleção da informação a ser transferida, tem-se que considerar o nível de qualidade, conveniência e custo. Em relação a avaliação dos resultados, deve-se levar em conta o nível de absorção, utilidade e benefício.

No centro desse processo, estão envolvidas estruturas formais, compostas por redes de conteúdos digitais ou não, tais como bibliotecas de arquivos, centros de documentação, portais, bancos de dados etc.; bem como estruturas informais que são redes de comunidades interpretantes, tais como colégios invisíveis, congressos, simpósios, fóruns, chats, consultorias, comunidades em rede.

A informação referencia o homem ao seu destino, até mesmo antes de seu nascimento, formatando seu mapa genético. Durante sua existência participa do seu caminho ao estabelecer as referências para percorrer a sua odisséia individual no espaço e no tempo. Seguindo este contexto adquirir a consciência de que a criação e disseminação da informação é um processo cíclico, estratégico e contínuo. Porém, há ainda um longo percurso, onde o desenvolvimento e a consolidação de uma política de informação se fazem essenciais para garantir a continuidade e a evolução.

O processo de transferência da informação é ilustrado na Figura 3, a representação visual da teoria autor-rede de Latour (2004).

Figura 3 – Processo de Transferência da Informação



Fonte: Autor Rede (Latour, 2004).

A transferência da informação envolve todos os meios relevantes de comunicação, incluindo material não documentário, i.e., comunicação oral e contatos pessoais, ambos formais e informais. Os vários canais de informação existentes variam consideravelmente quanto ao grau de eficiência e extensão de clientela atingida (Figueiredo, 1979).

O processo de transferência da informação se caracteriza por ser um modelo de comunicação extensiva, um sistema de informação dinâmico, em um cenário de mediações múltiplas com ações interativas e multidimensionais. Esse modelo tem como indicadores: interatividade, hipertextualidade e hipermediação (Simeão; Miranda, 2003).

3. O processo de transferência da informação e os atores fundamentais: emissor e receptor

Uma modificação profunda ocorre no esquema clássico da transferência da informação com base na ligação unilateral emissor-mensagem-receptor. A lógica da transição informacional com base no modelo “um para todos” (transmissão) para a lógica comunicacional dinâmica de “todos para todos” (Marchand, 1986) vem, cada vez mais, tornando-se realidade.

Quatro aspectos estão diretamente relacionados ao tratamento e transferência da informação: o emissor, o receptor, a mediação e a semântica da informação. O processo de mediação se localiza no centro da transferência, facilitando o acesso aos documentos e aos

suportes da informação. A semântica da informação refere-se ao conteúdo a ser comunicado, representa os acervos informacionais (Simeão; Miranda, 2003).

Na visão de Correa (2010), a ubiquidade da rede digital gerada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, a descentralização dos polos de emissão e, algumas vezes, dos centros de poder, o crescente poder e liberdade de produção de conteúdo, informações e conhecimentos por parte dos cidadãos conectados, a liberdade de expressão e agregação de opiniões em grupo caracterizam a diversidade do momento atual.

Desta forma, o emissor e o receptor nas pontas do processo de comunicação, são pessoas, como bem lembrando pela mesma autora: “O vetor de transformação, ao que os estudos evidenciam, está na evolução da tecnologia computacional de um objeto maquínico de manipulação e controle, para um objeto maquínico de manipulação e controle evolutivo para um sistema de informação que circula por uma rede ubíqua do conexões entre pessoas”.

4 Problema, necessidade ou demanda informacional

Como já foi dito, a informação faz parte do cotidiano, deste o nascimento das pessoas ou até mesmo antes desse advento. Cada célula, átomo, partícula, possui informação que são decodificadas, organizadas, armazenadas e transmitidas para receptores que têm interesse no assunto. Em outras palavras, a informação ganhará importância quando o receptor a recebe e lhe dá significado. Nesses termos, é possível perceber que o indivíduo (receptor) é um elemento fundamental para que o fenômeno informacional seja compreendido dentro da relação objeto-sujeito.

Simeão e Miranda (Simeão; Miranda, 2004) propõe um contraponto ao modelo tradicional que privilegia o armazenamento da informação, aplicando o modelo de comunicação extensiva para dinamizar o processo, conforme texto transcrito.

Em contraposição ao modelo estanque tradicional, que privilegia a armazenagem da informação em detrimento de seu uso, o modelo de comunicação extensiva é um sistema de informação dinâmico, em um cenário de mediações múltiplas com ações interativas e multidimensionais (Simeão; Miranda, 2004).

Com o exposto, entendemos que o receptor (sujeito), no princípio cíclico informacional é o elemento que também irá estabelecer problema, necessidade ou demanda informacional. Entretanto, a interação entre emissores e receptores é necessária para a efetividade do processo. “A participação ativa na evolução da sociedade da informação. Tem uma forte dimensão humana, acima e além da tecnologia” (Saracevic, 1999).

Nesse aspecto “a transferência de informação quanto a tecnologia se faz de pessoa para pessoa e tal conotação é inalienável” (Simeão; Miranda, 2004). Todavia, o “treinamento do

usuário” é um fator importante para se tirar o maior proveito dos acervos. Ou seja, “estrutura formal” e “estrutura informal” precisam de maior aproximação para que haja interação entre os atores do ciclo informacional para entenderem o problema a ser solucionado, a necessidade de informação e a demanda a ser atendida.

Por outro lado, apesar de se entender o processo de transferência da informação como um processo cíclico, não se consegue afirmar se o usuário é o elo final no fluxo de transferência da informação. O que parece é que existe uma troca de informação bidirecional entre os centros de cálculo e o usuário, pois de outra maneira, se estaria seguindo o modelo tradicional de emissor-mensagem-receptor.

Nesse sentido, a proposta de comunicação extensiva proposta por Simeão; Miranda (2004), vai ao encontro do processo interativo entre emissor e usuário. Definiram a Comunicação Extensiva como um processo horizontal de conexões, baseado principalmente nas interações entre indivíduos, instituições e conteúdos numa perspectiva multidimensional e efêmera” os autores continuam, “A superficialidade do processo deve ser entendida não como relação leviana de sujeitos e ideias, mas como um contato temporário, cooperativo, que entende as necessidades autênticas, porém transitórias (Simeão; Miranda, 2004).

Portanto, o problema a ser resolvido, a necessidade de informação e os requisitos informacionais a serem atendidos, utilizam-se da comunicação extensiva para melhor interação entre os atores - emissor e receptor, sendo necessário o treinamento dos usuários.

5 A hipertextualidade, a hipermediação e a interatividade

A cibercultura mudou o tempo apresentando desafios urgentes no sentido de estabelecer uma relação com o volume, a rapidez e a qualidade das informações produzidas e/ou recebidas nesta nova realidade. A velocidade e o modo como as informações passam a ser criadas e difundidas vêm oportunizando inúmeras transformações, sejam elas comunicacionais, sociais e culturais. Antes só era possível ter acesso às informações de forma linear e fechada, sem a participação ativa do leitor.

Ao mesmo tempo, observa-se que esta relação tem exigido a exploração de diferentes recursos comunicacionais, de modo que se possa apropriar de suas reais possibilidades, na promoção das relações interpessoais e da produção e compartilhamento de conhecimentos para todos os sujeitos. A nova relação entre emissão-mensagem-recepção muito diferente da modelo unidirecional existente na mídia de massa que está baseada na transmissão.

Segundo os autores Simeão; Miranda (2005), a interatividade é uma das formas capaz de difundir informação, aproximando o autor do leitor, no processo de troca, uma entrega e um retorno, sendo que as formas de comunicação usadas nas redes virtuais são um fenômeno

interativo e que tem como principal característica a multiplicidade das conexões trabalhadas pelo próprio usuário. Diante das várias alternativas, o usuário faz escolhas e constrói conhecimento.

A convergência do momento atual se baseia em três pilares conceituais: a convergência das mídias, a inteligência coletiva e a cultura participativa (Correa, 2010). A reprodutibilidade e a extensibilidade das obras de arte e das manifestações culturais expostas e difundidas através dos hipertextos e dos hiperlinks operam uma lógica de hibridização dos gêneros artísticos e literários, transpondo e reinterpretando formas e conteúdo. (Diniz, 2007).

6 Estruturas formais (documentos) e estruturas informais da informação

No texto de Correa (2010), encontramos a reflexão sobre a cibercultura busca decodificar aspectos relevantes para sua compreensão sistêmica, correlacionando-os às possibilidades de criação e disseminação da cultura, da informação e do conhecimento por meio de redes informacionais. A cibercultura pode ser entendida como uma agregação de conhecimentos de diferentes origens e ordens, em comunidades colaborativas, nas quais existe a simultaneidade e o paralelismo da evolução do conhecimento tecnológico e das relações sociais e informacionais.

Dessa forma, segundo Simeão; Miranda (2004), crescem as possibilidades de serem criados instrumentos para a transferência efetiva da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade, mediante uma educação holística, aberta e solidária.

O conceito do AV3, proposto por Simeão; Miranda (2014), rompe com o modelo tradicional de criação e comunicação e apresentando características de interatividade, ubiquidade, hipertextualidade, hiperatualização, mobilidade. O conhecimento coletivo (inteligência coletiva/Pierre Lévy) é construído por meio das TICs, em bases inter e transdisciplinares, numa multivocalidade de autorias.

7 Critérios de seleção e avaliação dos resultados de uma Política de Transferência da Informação

Segundo pesquisadores da área da Ciência da Informação, os critérios de seleção e avaliação dos resultados de uma política de transferência da informação são fundamentais para garantir a eficiência, a qualidade e a segurança das informações compartilhadas. Esses critérios são

baseados em princípios que visam assegurar que as escolhas feitas sejam as mais adequadas para atender às necessidades da organização e dos usuários.

A análise de custo-benefício envolve a avaliação dos custos associados à implementação e manutenção da política de transferência de informação em comparação com os benefícios esperados. Isso inclui a análise de recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários para garantir que a política seja sustentável a longo prazo. Outro critério importante é a avaliação de desempenho, que envolve a medição da eficácia da política em termos de velocidade, precisão e confiabilidade da transferência de informações. Ferramentas de monitoramento e métricas específicas são utilizadas para avaliar se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.

A consideração de requisitos técnicos e regulatórios garante que a transferência de informações seja realizada legalmente e de maneira segura, com a adoção de medidas de segurança, como criptografia e autenticação, para proteger os dados durante o processo de transferência.

No texto de Simeão; Miranda (2004) encontramos a política de transferência de informação deve se preocupar com o desenvolvimento de habilidades relacionadas a “competências informacionais”, visando a formação integral dos indivíduos de forma a possibilitar o correto acesso as informações necessárias ao usuário.

Esses critérios, quando aplicados de forma integrada, permitem a criação de uma política de transferência de informação robusta e eficaz, que atende às necessidades da organização e dos usuários, ao mesmo tempo em que promove a segurança e a sustentabilidade das informações compartilhadas.

8 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

No contexto brasileiro pós-LGPD, a política de transferência da informação passa a incorporar não apenas requisitos técnicos, mas também princípios jurídicos e institucionais associados à governança, à accountability e à proteção de direitos fundamentais (BionI, 2021; Mendes, 2020).

A *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)* é uma legislação brasileira que regula o tratamento de dados pessoais por parte de empresas e organizações públicas e privadas. Ela foi inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia e tem como objetivo garantir a proteção da privacidade e dos direitos fundamentais das pessoas físicas em relação ao tratamento de seus dados pessoais.

A LGPD estabelece princípios, direitos dos titulares dos dados, deveres dos controladores e operadores de dados, além de sanções em caso de descumprimento das normas. Ela abrange diversas atividades relacionadas ao tratamento de dados, como coleta, armazenamento,

processamento e compartilhamento, e se aplica a todas as empresas e organizações que realizam operações com dados pessoais no território brasileiro.

Entre os principais objetivos da LGPD estão o fortalecimento da privacidade dos indivíduos, o estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico responsável, e a promoção da transparência e da segurança no tratamento de dados. A lei representa um marco importante na proteção da privacidade e dos direitos dos cidadãos brasileiros em um cenário cada vez mais digitalizado e conectado.

9 Conclusão

A política de transferência de informação precisa estar vinculada a uma política nacional de desenvolvimento conforme preconizado em (Simeão; Miranda, 2004). Entretanto, as atuações locais, regionais e globais necessitam estar vinculadas a um modelo que irá guiar as ações dos atores no processo de transferência informacional.

Na sociedade, o modelo tradicional, ou estanque, de transferência da informação, emissor-mensagem-receptor, já não atende mais as demandas das pessoas, grupos etc. Nesse sentido, o modelo a ser adotado precisa ser sistêmico e cíclico e entender que um centro de cálculo só tem sentido de existir se for direcionado para as pessoas, então, o processo informacional precisa ter um forte enfoque humanístico. Considerando que dados puramente não são informação, conhecimento não se compõe apenas com estudo. Então quando falamos de transferência de informação, além de seguir os padrões estabelecidos, faz-se necessário vivenciar o conteúdo, refletir sobre hipóteses e testá-las, fazer perguntas e buscar respostas, para que o resultado possa ser considerado conhecimento.

Por outro lado, para que o modelo sistêmico funcione, a interação entre os vários atores é fundamental. Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de canais facilitadores para que os vários atores tenham contato e troquem suas experiências acerca da necessidade de informação, com isso as estruturas formais e informais se adaptam conforme critérios de qualidade (nível), conveniência e custo (emissor) e absorção (nível) utilidade e benefício (receptor).

Entretanto, cabe ressaltar a necessidade de “treinamento do usuário” para entender melhor as possíveis interações, requisitos contextuais e temporais e assim, satisfazer fatores de eficiência e eficácia na transferência da informação.

Referências

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Transferência de informação como processo social: uma proposta de paradigma. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 7, n. 1, 1997. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/327e19ac7a7b8798730ce036e5ef71c8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030753>

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

CORREA, E. S. Fragmentos da cena cibercultural: transdisciplinaridade e o “não conceito”. *Revista USP*, São Paulo, n. 86, p. 6–15, 2010.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. *Working knowledge: How organizations manage what they know*. Boston: Harvard Business Press, 1998.

DINIZ, M. G. Do folheto de cordel para o cordel virtual: interfaces hipertextuais da cultura popular. *Hipertextus Revista Digital*, Recife, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://arquivohipertextus.epizy.com/volume1/artigo11-madson-gois.pdf?i=1>

FIGUEIREDO, N. M. de. *Avaliação de coleções e estudos de usuários*. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua nova: revista de cultura e política*, n. 36, p. 39-53, 1995.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: André Parente (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004. pp.39-63.

LE COADIC, Y. F. *A ciência da informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1990.

MARCHAND, M. *Le paradisinformationnels: du Minitel aux services de communication du futur*. Paris: Masson, 1986.

MIRANDA, Antônio; SIMEÃO, Elmira. Da comunicação extensiva ao hibridismo da animaverbivocovisualidade (av3). *Mundo digital*, João Pessoa, p. 139, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/19075/12401>

PERES, Mônica R.; ASSUMPÇÃO, Luiz Carlos Flôres de; JESUS, Marcelo Souza de. Construindo biblioteca digital em acesso aberto: ofertar uma igualdade possível. In: *Memoria, gestión y políticas de información*. Madrid: Editorial Síndesis, 2023. p. 341-358.

SARACEVIC, T. Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 12, n. 50, p. 245–262, 1999.

SIMEÃO, E.; MIRANDA, A. A comunicação extensiva e a linguagem plástica dos documentos em rede. In: MEDLEG, Georgete R. & Leite, E. *Representação e Organização do Conhecimento: Série estudos avançados em Ciência da Informação*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, 2003. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/645/1/ARTIGO_TransferencialInformacaoTransferenciaTecnologia.pdf.

SIMEÃO, E.; MIRANDA, A. Comunicação extensiva e o formato do periódico científico eletrônico. In: ICCA, A. (Ed.). *ICCC International Conference on Electronic Publishing*. Brasília:

Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, 2004. Disponível em:
<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/685>>.

SIMEÃO, E.; MIRANDA, A. O texto virtual e os sistemas de informação: nova leitura das propostas de Ítalo Calvino. Brasília: Thesaurus, 2005.